



Relatório da Consulta Pública para definição das Metas Nacionais para 2024



I. INTRODUÇÃO

Tendo como referência a Resolução do CNJ nº 325/2020, a Justiça do Trabalho optou por disponibilizar a pesquisa nas páginas eletrônicas dos Tribunais Regionais do Trabalho, por meio software Google Forms, a fim de possibilitar o envolvimento do maior número possível, dos atores responsáveis pela execução das Metas Nacionais

A consulta pública unificada pela Justiça do Trabalho incluiu os magistrados e servidores, Ministério Público, advogados, associações de classe, além da própria sociedade.

Devido ao caráter colaborativo da iniciativa, sem obrigação de resposta, optou-se por não utilizar técnicas probabilísticas para amostragem estatística, o que viabilizaria inferências acerca da opinião de toda a população.

Assim, todos os colaboradores foram incentivados a participar da pesquisa por adesão. Os participantes deveriam responder quais os temas que devem ser priorizados no período de 2021 a 2026, para definição das Metas Nacionais de 2024.

Entre os temas, está a percepção de confiança das pessoas na Justiça do Trabalho, a redução do acervo de processos, o incremento e estímulo a formas consensuais de solução de litígios, o investimento em metodologias inovadoras de gestão administrativa e processual, a avaliação dos serviços virtuais, além da adoção de ações relacionadas à Agenda 2030 das Nações Unidas.

Ao final, o respondente poderia ainda, sugerir opções de melhoria para a Justiça do Trabalho, bem como complementar a sua opinião sobre as questões abordadas.

A consulta pública foi realizada no período de 12 a 18/06/2023 e foi amplamente divulgada no portal do TRT5 (internet) e redes sociais eletrônicas.



[Início](#) » [Notícias](#)

Justiça do Trabalho realiza consulta pública de metas nacionais de 2024 até o dia 18/6



A Justiça do Trabalho quer saber a opinião de quem utiliza os serviços oferecidos para, em 2024, adotar esforços alinhados ao interesse público e em prol da melhoria da prestação jurisdicional. A Consulta Pública Metas Nacionais para 2024 - Processos Participativos começa desta segunda-feira (12) e vai até o dia 18 de junho.

A sua contribuição é essencial para o aprimoramento da jurisdição e tem, entre os objetivos, cumprir os macrodesafios definidos na Estratégia Nacional do Poder Judiciário de 2021-2026. Podem participar da pesquisa:

Empregadas e empregados; Empresas; Advocacia; Integrantes do Ministério Público; Magistradas e magistrados; Servidoras e servidores da Justiça do Trabalho, e Representantes de sindicatos e associações de classe.

A pesquisa será feita de forma unificada em toda Justiça do Trabalho e estará **disponível para ser respondida** (link externo) a partir do dia 12/6.

Temas

Entre os temas da consulta pública de metas para o próximo ano, está a percepção de confiança das pessoas na Justiça do Trabalho, a redução do acervo de processos, o incremento e estímulo a formas consensuais de solução de litígios, o investimento em metodologias inovadoras de gestão administrativa e processual, a avaliação dos serviços virtuais, além da adoção de ações relacionadas à Agenda 2030 das Nações Unidas.



Metas nacionais

As metas nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais para aprimorar o desempenho da Justiça. Um dos objetivos é entregar à sociedade a prestação jurisdicional mais ágil, efetiva e de qualidade. As metas foram criadas em 2009 e resultaram de acordo firmado pelas presidências dos tribunais para o aperfeiçoamento da Justiça.

Desde então, diversos desafios entraram na pauta das metas nacionais, como o aumento da produtividade judicial, a adoção de soluções consensuais de conflitos, a busca pela razoável duração dos litígios judiciais, a celeridade processual, entre outros. A consulta pública de metas da Justiça do Trabalho é construída colaborativamente pelas unidades de Governança e Gestão Estratégica do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs).

Estratégia Nacional

A **Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026** ([link externo](#)) foi instituída pela **Resolução CNJ 325/2020** ([link externo](#)), após construção democrática e participativa da rede de governança do Poder Judiciário. Assim, foram estabelecidos novos macrodesafios para todo o Judiciário brasileiro. Com esse novo ciclo de planejamento, fortalece-se o processo de formulação participativa e democrática de metas, com a possibilidade de envolvimento de diversos colaboradores na sua elaboração.

Fonte: CSJT (com edições de Secom TRT-5) - 12/6/2023

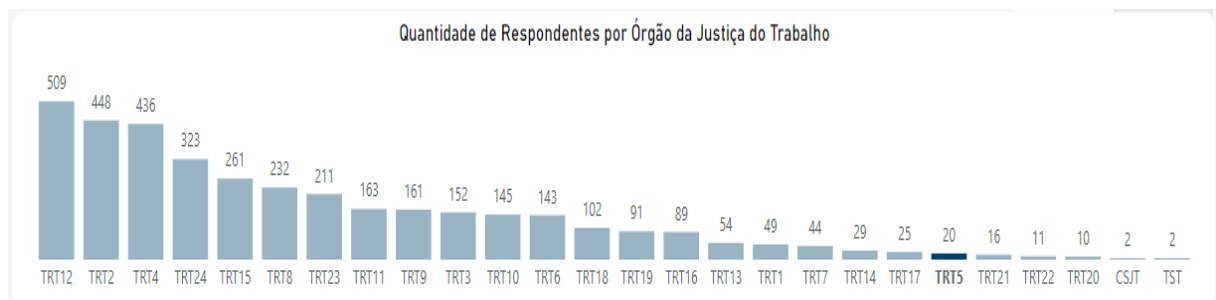
Ressalte-se, contudo, que, para fins de análise, somente os questionários que tiveram todas as respostas salvas e enviadas foram considerados.



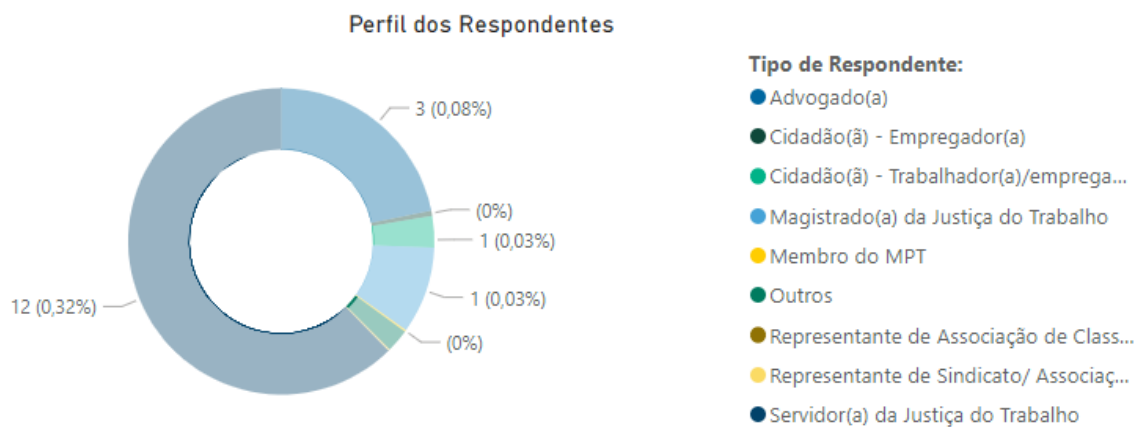
II. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

O objetivo principal desta seção é expor os resumos consolidados das respostas apresentadas.

A pesquisa contou com a participação de 20 respondentes. Entretanto, somente 17 responderam o item de perfil.



No gráfico abaixo, detalhamos o perfil:

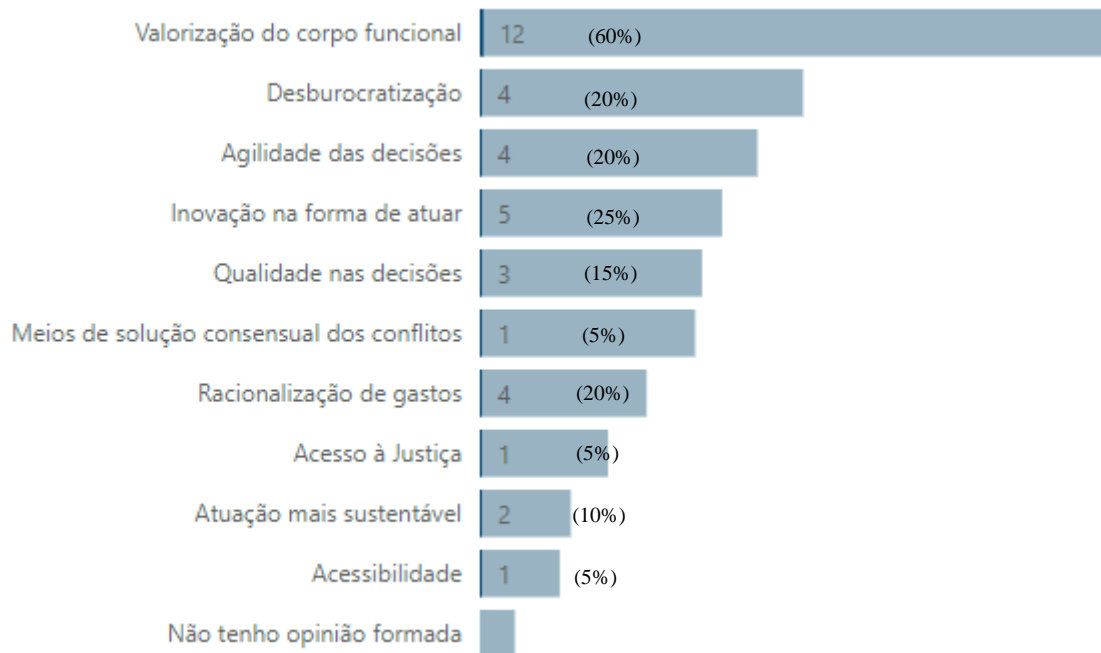


Respondentes	Quantidade
Advogado(a)	3
Cidadão(ã) - Trabalhador(a)/empregado(a)	1
Magistrado(a) da Justiça do Trabalho	1
Servidor(a) da Justiça do Trabalho	12
Não identificados	3



Aspectos que o total de respondentes acha que a Justiça do Trabalho por melhorar.

Os respondentes podiam escolher até três opções.

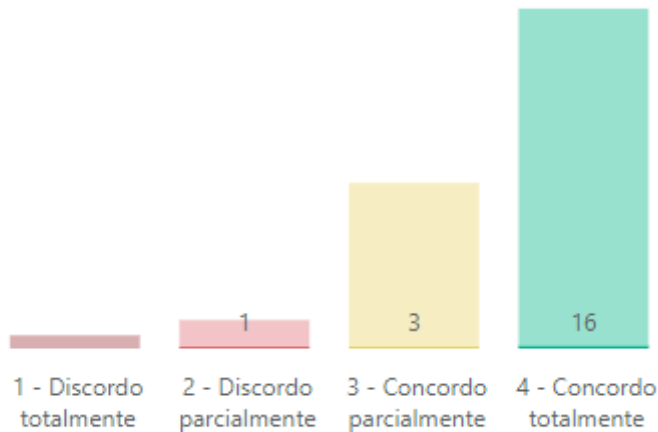


De acordo com a pesquisa, dentre as opções mais indicadas, 60% dos respondentes entendem que a JT pode valorizar mais seu corpo funcional. 25%, que a JT pode inovar mais na sua forma de atuar. E 20%, pedem mais desburocratização, agilidade nas decisões e racionalização de gastos.



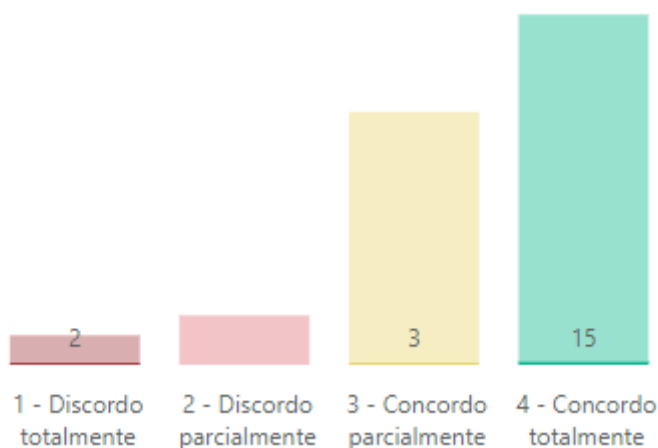
Grau de concordância em relação à Justiça do Trabalho

- ✓ Incentivar a conciliação como forma de resolver conflitos sem necessidade de prosseguimento do processo judicial.



Grau de concordância	Quantidade
Discordo totalmente	0
Discordo parcialmente	1
Concordo parcialmente	3
Concordo totalmente	16

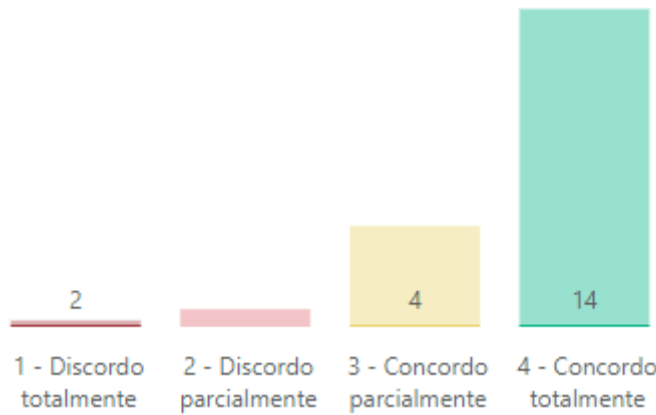
- ✓ Diminuir o quantitativo de processos aguardando finalização há 1 ano.



Grau de concordância	Quantidade
Discordo totalmente	2
Discordo parcialmente	0
Concordo parcialmente	3
Concordo totalmente	15

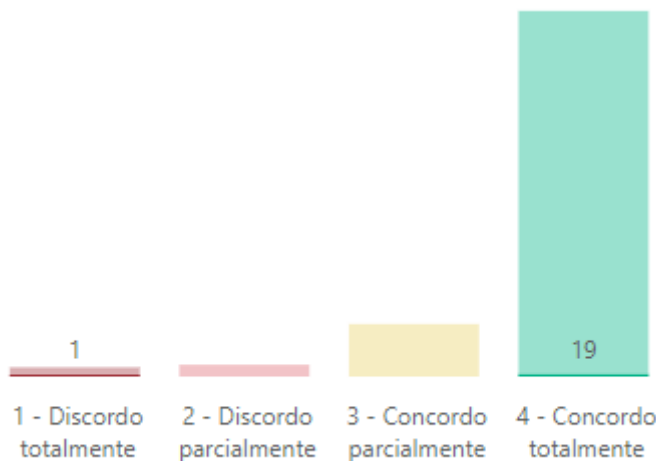


- ✓ Adotar metodologias inovadoras de gestão administrativa e processual, com vistas à desburocratização e à agilidade dos serviços.



Grau de concordância	Quantidade
Discordo totalmente	2
Discordo parcialmente	0
Concordo parcialmente	4
Concordo totalmente	14

- ✓ Adotar ações voltadas ao combate do trabalho infantil, do assédio sexual e do trabalho análogo ao escravo.



Grau de concordância	Quantidade
Discordo totalmente	1
Discordo parcialmente	0
Concordo parcialmente	0
Concordo totalmente	19